

## I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

O Tesouro Nacional obteve em novembro um resultado primário positivo de R\$ 517 milhões, acumulando no ano um superávit de R\$ 6,45 bilhões, equivalente a 0,82% do PIB.

TESOURO NACIONAL Necessidades de Financiamento	Em R\$ milhões de novembro/97				
	1996	1997	1997	1996	1997
	NOV	OUT	NOV	JAN-NOV	JAN-NOV
<b>I. RECEITA TOTAL(1)</b>	<b>8.038</b>	<b>9.475</b>	<b>8.867</b>	<b>90.421</b>	<b>99.384</b>
I.1 Administrada	8.226	9.489	8.884	90.383	97.707
I.1.1 Restituições	-421	-270	-215	-2.637	-2.603
I.2 Demais	266	316	228	3.232	4.911
I.3 Incentivos Fiscais	-32	-60	-30	-557	-632
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>8.961</b>	<b>8.640</b>	<b>8.350</b>	<b>86.365</b>	<b>92.934</b>
II.1 DESPESAS VINCULADAS	2.836	2.996	2.721	26.760	29.614
II.1.1 Transferências Constitucionais	1.734	1.961	2.150	20.480	21.700
II.1.2 Demais	1.103	1.036	570	6.280	7.913
II.2 DESPESAS ORDINÁRIAS	6.125	5.643	5.629	59.604	63.321
II.2.1 Pessoal e Encargos	3.344	3.181	2.952	39.123	38.767
II.2.2 Outros Custeios e Investimento	2.271	2.341	2.564	16.479	21.651
II.2.3 Operações Oficiais de Crédito	169	105	95	1.525	1.294
II.2.4 Restos a pagar	342	17	19	2.477	1.608
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO ( I - II )</b>	<b>-923</b>	<b>835</b>	<b>517</b>	<b>4.056</b>	<b>6.449</b>
<b>IV. JUROS REAIS (competência)</b>	<b>1.147</b>	<b>1.485</b>	<b>1.626</b>	<b>11.766</b>	<b>14.723</b>
<b>V. RESULTADO OPERACIONAL ( III - IV )</b>	<b>-2.070</b>	<b>-650</b>	<b>-1.109</b>	<b>-7.710</b>	<b>-8.273</b>
<b>VI. CORREÇÃO MONETÁRIA</b>	<b>805</b>	<b>1.011</b>	<b>886</b>	<b>9.057</b>	<b>9.147</b>
<b>VII. RESULTADO NOMINAL ( V - VI )</b>	<b>-2.876</b>	<b>-1.661</b>	<b>-1.994</b>	<b>-16.767</b>	<b>-17.420</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO / PIB (2)</b>				<b>0,53%</b>	<b>0,82%</b>
<b>IX. RESULTADO OPERACIONAL / PIB (2)</b>				<b>-1,01%</b>	<b>-1,05%</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL / PIB</b>				<b>-2,20%</b>	<b>-2,22%</b>

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

(1) Receitas líquidas de restituições

(2) Em relação ao PIB do período

Tal resultado, quando comparado ao superávit do período de janeiro a novembro de 1996, apresenta uma melhora de 59% nas contas primárias do Tesouro Nacional, desempenho atribuído, em grande medida, à receita com CPMF. Vale destacar que a arrecadação proveniente dessa Contribuição já soma no ano o valor de R\$ 6,2 bilhões, quase 70% do acréscimo observado na receita de 1997.

Em novembro, entretanto, o desempenho da receita da União foi 6,4% inferior, em termos reais, àquele alcançado no mês anterior, resultado, em primeiro lugar, da ocorrência de quatro semanas no mês contra cinco em outubro, fato que contribuiu para queda na arrecadação real do IOF (-32,5%), da CPMF (-9,7%), e do Imposto de Renda na Fonte (-6,5%); e, em segundo lugar, porque em outubro concentrou-se o pagamento da primeira cota e cota única do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica referente ao balanço trimestral (julho a setembro), fazendo cair a arrecadação relativa desse imposto em termos reais (-27,8%).

Assim, com a arrecadação de R\$ 8,9 bi em novembro, a receita total no acumulado do ano alcançou o montante de R\$ 99,4 bilhões, e, apesar da queda observada no mês, manteve-se ainda 9,9% superior à arrecadação do mesmo período de 1996.

As despesas do Tesouro Nacional em novembro foram 3,4% inferiores à de outubro, alcançando o montante de R\$ 8,4 bilhões no mês e R\$ 92,9 bilhões no acumulado do ano. Quando comparadas às despesas do mesmo período de 1996, entretanto, observa-se um acréscimo de 7,6% em 1997, em grande medida devido ao crescimento das despesas ordinárias com “Outros Custeios e Investimentos”<sup>1</sup>.

Das demais despesas ordinárias, o item “Pessoal e Encargos” encerrou o mês em seu patamar normal. Ainda sem influências sazonais decorrentes do pagamento de 13º salário e férias, e uma vez que não houve adiantamento de Pessoal para a Previdência Social, foi desembolsado no mês o montante de R\$ 2,95 bilhões. Em relação ao ano anterior as despesas mensais com Pessoal e Encargos vêm caindo gradativamente: reduziram-se 11,7% em relação a novembro e 0,9% no acumulado do ano em relação a igual período de 1996.

Entre as despesas vinculadas, houve em novembro um acréscimo de 9,6% no item “Transferências Constitucionais”, devido ao repasse para estados e municípios da maior arrecadação ocorrida em outubro por conta do pagamento da primeira cota e cota única do IRPJ. No entanto, esse crescimento nas despesas da União foi mais que compensado por uma menor transferência ao FAT (de R\$ 562 milhões em outubro para R\$ 265 milhões em novembro) e aos estados e municípios por conta da desoneração do ICMS (de R\$ 313 milhões em outubro para R\$ 58 milhões em novembro). Nesse caso específico, não ocorreu repasse do Tesouro para estados e municípios contemplados com a Portaria Interministerial nº 213, sendo liberado apenas o fluxo normal proveniente da perda mensal dos estados com a Lei Complementar 87/96.

---

<sup>1</sup> - Vale ressaltar que dos R\$ 21,7 bilhões acumulados no ano para essa rubrica, quase metade foi destinada a despesas com saúde. Este valor não inclui os gastos com pessoal do Ministério da Saúde, que chegaram a R\$ 3,4 bilhões, nem repasses para amortização de dívida, da ordem de R\$ 1,6 bilhão até o período.

Com um volume de receitas maior que despesas, ocorreu em novembro um superávit primário de R\$ 517 milhões, atingindo-se no ano um resultado positivo de cerca de 0,82% do PIB. Considerando-se, adicionalmente, as despesas com juros reais líquidos apropriados pelo critério de competência no valor de R\$ 1,6 bilhão, o déficit operacional fechou o mês em R\$ 1,1 bilhão, ou 1,05% do PIB no acumulado do ano. Subtraindo, por fim, as correções monetária e cambial das dívidas, o resultado no mês foi deficitário em R\$ 1,99 bilhão, cerca de 2,22% do PIB.

### I.1 - Operações Oficiais de Crédito

O Tesouro Nacional desembolsou R\$ 94,6 milhões em novembro para pagamento de despesas destinadas às Operações Oficiais de Crédito, com destaque para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que apresentou no mês uma despesa com equalização de R\$ 54,5 milhões. Criado em 1991 para proporcionar às exportações brasileiras uma maior competitividade no mercado internacional, o Proex vem viabilizando um mercado de crédito mais acessível para os exportadores brasileiros e tem facilitado, dessa forma, sua inserção em mercados cada dia mais competitivos.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	Em R\$ mil
Operações Oficiais de Crédito	<b>1997</b>
Conceito de Necessidades de Financiamento	<b>NOV</b>
<b>I. CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	<b>19.504</b>
I.1 Equalização de taxas	19.504
<b>II. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	<b>20.597</b>
<b>II.1 E.G.F.</b>	<b>11.130</b>
I.1.1 Equalização de preços e taxas	11.130
<b>II.2 A.G.F</b>	<b>9.467</b>
II.2.1 Venda	26.233
II.2.2 Aquisição e outras despesas	35.700
<b>III. FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES</b>	<b>54.526</b>
III.1 Equalização	54.526
<b>IV. TOTAL</b>	<b>94.627</b>

Além do Proex, compõe também as Operações Oficiais de Crédito o programa de financiamento da política de formação de estoques reguladores e estratégicos do governo federal, que, por sua vez, foi responsável por uma despesa em novembro de R\$ 20,6 milhões, sendo R\$ 9,5 milhões destinados à rubrica “Aquisições do Governo Federal” (AGF) e R\$ 11,1 milhões para “Empréstimos do Governo Federal” (EGF). Vale lembrar que o AGF e o EGF,

além de garantir preços mínimos aos produtores rurais em épocas menos favoráveis, têm como função primordial regular o abastecimento e o preço de produtos primários no mercado interno. Para o Tesouro Nacional são computados apenas as despesas com a equalização de preços e taxas, no caso dos empréstimos concedidos, e o resultado líquido da venda, no caso das aquisições de estoques reguladores.

Por fim, no âmbito do programa de financiamento do “Custeio Agropecuário”, o Tesouro desembolsou R\$ 19,5 milhões, 20,6% das despesas totais com Operações Oficiais de Crédito, para cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação dos recursos pelas instituições financeiras oficiais, acrescido dos custos administrativos e tributários dessas instituições, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

## **I.2 - Juros Reais**

A conta de juros reais líquidos apropriada pelo critério de competência foi de R\$ 1,6 bilhão em novembro, acumulando no ano o montante de R\$ 14,7 bilhões. Houve um crescimento de 9,5% nessa rubrica em relação a outubro, em grande parte porque se apropriou no mês mais despesas de juros da dívida contratual interna indexada à TR e ao IGP-DI (dívida bancária, créditos securitizados, TDA e debêntures), e relativamente menos receitas de juros dos créditos indexados ao câmbio (Lei 7.976/89 e bônus de renegociação). Houve, portanto, um descasamento da remuneração da dívida contratual, fato que provocou uma redução de mais da metade da parcela dos juros líquidos recebidos no mês, quando comparado aos juros apropriados no mês anterior<sup>2</sup>.

Afora isso, houve também reflexo do aumento dos juros sobre a dívida mobiliária em mercado, particularmente na apropriação referente às NTN-H, indexadas à TR, cujo resgate alcançou no mês a cifra de R\$ 2,7 bilhões.

Vale ressaltar, entretanto, que, dada a composição da DPMF em mercado, em que prevaleceu o estoque de títulos prefixados (51%) e indexados ao câmbio (17%), o impacto da elevação das taxas sobre o pagamento de juros da dívida interna foi bastante reduzido<sup>3</sup>. Na verdade, qualquer aumento na conta de juros reais decorrente da mudança de cenário econômico foi em grande medida compensado por uma apropriação maior da parcela de correção monetária no mês, quando o IGP-DI alcançou 0,83%, contra 0,34% de outubro. Por esta razão, como podemos observar na tabela abaixo, no que se refere à dívida mobiliária em mercado, a conta de juros reais aumentou apenas 2,5%.

---

<sup>2</sup> - Vale lembrar que de outubro a novembro a TR média passou de 0,66% para 1,53%, o IGP-DI de 0,34% para 0,83% e o câmbio de R\$1,1065 para R\$1,1095. Ademais, em novembro o estoque da dívida contratual interna apresentou um saldo credor para o Tesouro Nacional da ordem de R\$ 14 bilhões.

<sup>3</sup> - Contra apenas 9,1% de títulos indexados à TR, em relação ao estoque em poder do mercado.

TESOURO NACIONAL - Juros reais	Em R\$ milhões de novembro/97		
	1996 NOV	1997 OUT	1997 NOV
<b>I. JUROS REAIS - Competência</b>	<b>1.147</b>	<b>1.485</b>	<b>1.626</b>
I.1. Dívida Mobiliária em Mercado	1.029	1.372	1.406
I.2. Contratual Interna - líquida	-188	-215	-107
I.3. Externa	306	328	327

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

## II - Dívida Pública

### II.1 - Dívida Líquida

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado - composta de passivos e haveres financeiros contra o setor privado financeiro e não-financeiro, setor público (exceto Banco Central) e o resto do mundo - caiu 3,9% em novembro, atingindo o montante de R\$ 157,6 bilhões, ou o equivalente a 18,5% do PIB.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO	Em R\$ milhões de novembro/97		
	1996 DEZ	1997 OUT	1997 NOV
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>76.933</b>	<b>104.825</b>	<b>98.498</b>
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	91.770	119.454	112.513
Dívida Contratual	-14.837	-14.630	-14.015
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>58.866</b>	<b>59.245</b>	<b>59.122</b>
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL</b>	<b>135.798</b>	<b>164.070</b>	<b>157.620</b>
<b>IV. DIVIDA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>16,4%</b>	<b>19,3%</b>	<b>18,5%</b>

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI

Essa redução da dívida líquida no mês (R\$ 6,45 bilhões), quebrando a tendência de crescimento da série no ano, ocorreu devido a uma redução real de pouco mais de 6% no estoque da dívida interna, basicamente devido a uma queda da dívida mobiliária em mercado da ordem de R\$ 6,9 bilhões. Com isso o saldo da dívida interna, que em outubro alcançou R\$ 104,8 bilhões, fechou o mês de novembro em R\$ 98,5 bilhões, voltando a níveis de estoque inferiores ao do mês de setembro.

A dívida externa em mercado, por sua vez, vem permanecendo relativamente estável ao longo do ano, encerrando o mês com um saldo de R\$ 59,1 bilhões. Como resultado disso, a composição da dívida líquida total do Tesouro Nacional no mês foi alterada, reduzindo-se a participação da dívida interna de 64% para 62,5% e elevando-se a participação da dívida externa de 36% para 37,5%.

## II.2 - Dívida Mobiliária

Em novembro o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF) total, que inclui a dívida com o Bacen, diminuiu 2,9% em termos reais, atingindo o montante de R\$ 140 bilhões. Essa redução ocorreu, de um lado, devido ao resgate (pagamento de principal e encargos) de R\$ 11,5 bilhões em títulos públicos do Tesouro Nacional, entre os quais LTN (R\$ 7,6 bilhões), NTN-H (R\$ 2,7 bilhões) e demais NTN com séries diversas (R\$ 1,2 bilhões).

Por outro lado, houve uma emissão financeira de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 6,3 bi em termos nominais), compostos por R\$ 4,4 bilhões de LTN (título prefixado) e R\$ 1,2 bilhões de NTN-D (indexadas à taxa de câmbio). Houve, além disso, uma emissão não-financeira de NTN-I no valor de R\$ 52 milhões, dados como pagamento das despesas de novembro com a equalização de taxas referente ao Proex.

<b>TESOURO NACIONAL - DPMF</b>			
Em R\$ milhões de outubro de 1997	<b>1996 DEZ</b>	<b>1997 OUT</b>	<b>1997 NOV</b>
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>121.518</b>	<b>144.214</b>	<b>140.009</b>
<b>I.1 Dívida com Mercado</b>	<b>91.770</b>	<b>119.454</b>	<b>112.513</b>
I.1.1 LTN	50.971	63.054	57.395
I.1.2 NTN-D	13.192	18.297	19.157
I.1.3 NTN-H	10.731	12.710	10.185
I.1.4 Demais	16.876	25.394	25.777
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>29.748</b>	<b>24.759</b>	<b>27.496</b>
I.2.1 NTN-B	2.526	2.671	2.687
I.2.2 NTN-C	6.517	1.115	564
I.2.3 NTN-D	16.512	581	567
I.2.4 NTN-L	3.106	1.952	1.961
I.2.5 Demais	1.086	18.440	21.717
<b>II. Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>11,1%</b>	<b>14,0%</b>	<b>13,2%</b>

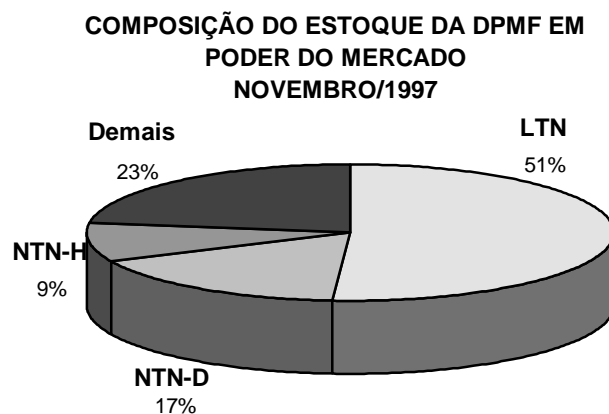
VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

Com esse volume de emissão, ocorreu no mês, e pela primeira vez no ano, um resgate líquido da ordem de R\$ 5,8 bilhões, havendo o Tesouro

Nacional utilizado suas disponibilidades financeiras para pagamento de principal e encargos da dívida e demais despesas.

Por fim, chega-se ao saldo da dívida em novembro subtraindo-se do valor líquido resgatado a apropriação de juros reais de R\$ 1,6 bilhão, com o que obtemos o fluxo financeiro negativo de R\$ 4,2 bilhões ocorrido no mês.

Foram realizados no mês três leilões de LTN, o primeiro no dia 12, arrecadando R\$ 2,31 bilhões a uma taxa efetiva de R\$ 43,25% a.a. e vencimento em 81 dias; o segundo no dia 19, arrecadando R\$ 1,04 bilhão a uma taxa efetiva de 43,29% a.a. e vencimento em 91 dias; e um terceiro no dia 26, arrecadando R\$ 1,08 bilhão a uma taxa efetiva de 40,13% a.a. e vencimento em 84 dias. Ocorreram ainda três leilões de NTN-D de 36 meses, captando uma soma de R\$ 1,2 bilhão a uma taxa média de retorno do título de 14,73% a.a. mais variação cambial.

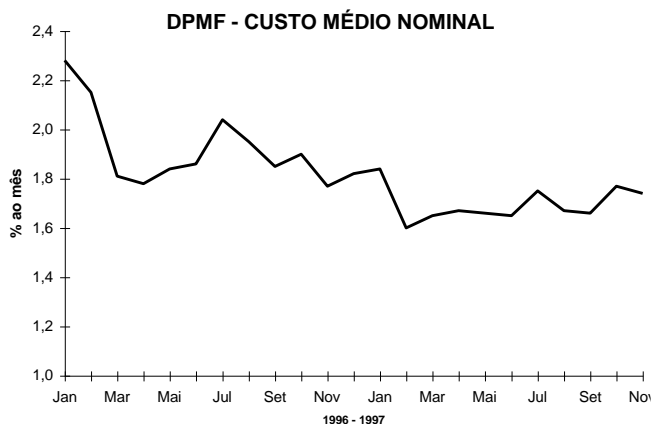


Com os lançamentos em novembro, a dívida mobiliária em mercado encerrou o mês composta por 51% de LTN, títulos prefixados; 17% de NTN-D indexadas ao câmbio; 9% de NTN-H indexadas à TR; e 23% de NTN séries diversas indexadas à TJLP e à taxa média dos leilões. Houve, portanto, uma redução de 19,9% do estoque de NTN-H e 9% de LTN, e um acréscimo de 4,7% no saldo das NTN-D.

Apesar do cenário de taxas de juros elevadas no mês, o custo médio nominal da DPMF em mercado foi ligeiramente inferior ao observado em outubro. Na verdade, em alguma medida já houve em novembro um impacto da elevação dos juros sobre o custo da dívida, consubstanciado pelo pagamento de juros maiores relativos ao resgate das NTN-H, indexadas à TR. Entretanto, como o mês de novembro teve apenas 20 dias úteis, contra 23 em outubro, o custo médio nominal do mês foi de 1,74%, ao passo que, se mantivéssemos estável o número de dias úteis no mês, o mesmo custo médio subiria para 1,9%.

**DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL  
CUSTO MÉDIO NOMINAL NO MERCADO**

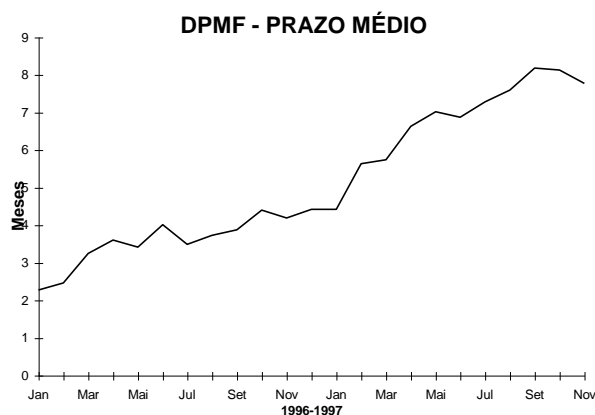
PERÍODO	% AO MÊS	
1996	Jan	2,28
	Fev	2,15
	Mar	1,81
	Abr	1,78
	Mai	1,84
	Jun	1,86
	Jul	2,04
	Ago	1,95
	Set	1,85
	Out	1,90
	Nov	1,77
	Dez	1,82
1997	Jan	1,84
	Fev	1,60
	Mar	1,65
	Abr	1,67
	Mai	1,66
	Jun	1,65
	Jul	1,75
	Ago	1,67
	Set	1,66
	Out	1,77
	Nov	1,74



Se compararmos com o custo de oportunidade do Tesouro Nacional, medido pela taxa SELIC, o custo médio nominal foi inferior em 1,26 ponto percentual. Portanto, mesmo considerando o custo em um mês com maior número de dias úteis, ainda assim o custo da dívida do Tesouro Nacional permaneceria bastante aquém de seu custo de oportunidade.

**DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL  
PRAZO MÉDIO NO MERCADO**

PERÍODO	EM MESES	
1996	Jan	2,27
	Fev	2,46
	Mar	3,25
	Abr	3,60
	Mai	3,42
	Jun	4,01
	Jul	3,49
	Ago	3,73
	Set	3,88
	Out	4,40
	Nov	4,19
	Dez	4,42
1997	Jan	4,42
	Fev	5,64
	Mar	5,74
	Abr	6,63
	Mai	7,02
	Jun	6,87
	Jul	7,28
	Ago	7,60
	Set	8,18
	Out	8,13
	Nov	7,77





Mais influenciado pela nova conjuntura econômica, as emissões de novembro mudaram não apenas a composição do estoque da dívida pública federal interna, como já visto acima, mas também o prazo médio dos títulos do Tesouro Nacional, arrefecendo temporariamente, dessa forma, a tendência de alongamento do perfil da dívida iniciado no Plano Real.

Assim, com as colocações realizadas no mês, considerando o maior volume de LTN com vencimento de três meses, o prazo médio dos títulos da DPMF em mercado, que em outubro foi de 8,13 meses, passou para 7,77 meses em novembro.

A crise nas bolsas de valores dos países asiáticos, que forçou a alta nas taxas de juros brasileiras, teve em novembro, portanto, reflexos mais visíveis que aqueles observados em outubro, com destaque para os pontos resumidos a seguir:

- a) redução dos juros líquidos apropriados como crédito do Tesouro Nacional, recebíveis por conta do saldo da dívida contratual interna (enquanto boa parte dos haveres da União são indexados ao câmbio, a dívida é indexada à TR e ao IGP-DI);
- b) redução da quantidade de emissões efetuadas no mês, que resultou em emissão líquida negativa e conseqüente queda no estoque da DPMF;
- c) alteração na composição do estoque, elevando-se a participação da NTN-D, indexada ao câmbio, e reduzindo-se a da NTN-H, indexada à TR;
- d) elevação do custo médio nominal da dívida, muito embora tenha se reduzindo em novembro devido ao menor número de dias úteis no mês;
- e) queda no prazo médio dos títulos competitivos, pela menor quantidade de emissões, insuficiente para compensar o resgate do estoque existente, e pela redução no prazo de emissão dos títulos que foram colocados; e
- f) elevação da taxa SELIC, de modo que o custo médio deflacionado por essa taxa se reduzisse substancialmente.

### **II.3 - Dívida Contratual**

Em novembro, os haveres da União somaram R\$ 70,5 bilhões, permanecendo praticamente estáveis, em termos reais, em relação a outubro. A dívida contratual, entretanto, passou de R\$ 55,8 bilhões para R\$ 56,5 bilhões, subindo o suficiente para fazer cair em 4,2% o saldo credor líquido da dívida. Ainda assim, esse saldo foi de R\$ 14 bilhões para o Tesouro Nacional.

Entre as rubricas que compõem a dívida contratual líquida, as mais significativas em novembro foram os créditos concedidos aos estados no amparo

da Lei 8.727/93 (R\$ 41,7 bilhões), mas a eles correspondeu montante quase igual de dívidas junto ao sistema bancário e empresas estatais (R\$ 41,4 bilhões).

DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO	Em R\$ milhões de novembro/97		
	1996	1997	1997
	DEZ	OUT	NOV
<b>Total</b>	<b>-14.837</b>	<b>-14.630</b>	<b>-14.015</b>
Lei 8.727/93	-38.717	-41.130	-41.748
Lei 7.976/89	-9.189	-9.747	-9.585
Bônus Renegociação	-17.609	-19.506	-19.131
Dívida Bancária	38.376	40.768	41.380
Crédito Securitizado	8.507	11.493	11.523
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.672	2.368	2.499
Debêntures	1.108	1.088	1.009
Outros	15	36	36

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI

Compõem ainda os ativos do Tesouro os créditos contra os estados no âmbito da Lei 7.976/89 (R\$ 9,6 bilhões) e os derivados da renegociação da dívida externa (R\$ 19,1 bilhões). Do lado dos passivos contratuais, além da dívida bancária, os créditos "securitizados" (R\$ 11,5 bilhões), os TDA (R\$ 2,5 bilhões), as debêntures (R\$ 1 bilhão) e outras dívidas contratuais do Tesouro Nacional (R\$ 36 milhões).

#### II.4 - Dívida Externa

O estoque da dívida mobiliária federal externa, dividida entre bônus de renegociação (87,7%) e bônus de captação (12,3%), registrou em novembro a cifra de R\$ 59,1 bilhões, permanecendo praticamente estável em relação ao mês anterior. Na verdade, o pequeno acréscimo observado desde outubro decorreu da variação cambial do mês, já que não houve operações do Tesouro Nacional com o exterior.

Das demais obrigações da União com o resto do mundo, foi amortizado em novembro o montante de R\$ 95,6 milhões, sendo 76,8% desse valor referente à dívida com organismos multilaterais, e o restante, 23,2%, referente à dívida com bancos privados e agências governamentais.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>NOVEMBRO</b>
<b>ESTOQUE DA DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA</b>	<b>R\$ milhões</b>
<b>I. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>51.833,36</b>
I.1. Brazil Investment Bond (BIB)	998,72
I.2. Interest Due and Unpaid (IDU)	6.207,34
I.3. Par Bond (PB)	10.842,34
I.4. Discount Bond (DB)	6.001,36
I.5. Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.927,98
I.6. Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.107,25
I.7. Debt Conversion Bond (DCB)	9.419,58
I.8. New Money Bond (NMB)	2.484,23
I.9. Eligible Interest (EI)	5.844,55
<b>II. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>7.289,03</b>
II.1. Deutsch Mark Bond (DM Bond)	628,05
II.2. Samurai Bond	259,99
II.3. Caravella Bond	73,74
II.4. Eurosterling Bond	187,66
II.5. Global Bond	832,13
II.6. Deutsch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	628,05
II.7. Parallel Franco	187,62
II.8. Parallel Florim	222,90
II.9. Parallel Xelim	178,43
II.10. Global Bond 2027	3.328,50
II.11. Eurolira Bond	480,48
II.12. Eurosterling Bond 2007	281,48
<b>TOTAL</b>	<b>59.122,39</b>

Valores convertidos pelas taxas de câmbio de 28/11/97

Quanto aos encargos financeiros, foram pagos no mês o montante de R\$ 187,8 milhões, sendo 79,2% referentes aos serviços da dívida mobiliária (*Global Bond* e *Caravella Bond*) e 20,8% referentes a juros e outros encargos da dívida em poder de organismos multilaterais, bancos privados e agências governamentais, conforme tabela abaixo. Foram gastos também R\$ 2,77 mil devido a despesas administrativas na administração da dívida mobiliária.

<b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Novembro</b>
<b>Encargos da Dívida Externa</b>	<b>R\$ mil</b>
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>187.833</b>
I.1. Organismos Multilaterais	26.319
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	12.775
I.3. Dívida Mobiliária Externa	148.739
I.3.1. Global Bonds	145.709
I.3.2. Caravella Bonds	3.027
I.3.3. Despesas Administrativas	3

